Saudação ao Duque de Caxias no bicentenário de seu nascimento

GEN. TÁCITO THEÓPHILO GASPAR DE OLIVEIRA(*)

O INSTITUTO DO CEARÁ convidou-nos para nesta Casa do Barão de Studart, reunidos, comemorarmos o Bicentenário de nascimento do Patrono do Exército Brasileiro, Marechal de Exército Luís Alves de Lima e Silva, que ocorrerá no próximo dia 25 de agosto.

E aqui estamos, senhoras e senhores.

Na caserna, a gíria castrense diz, com muito espírito: "Manda quem pode; obedece quem tem juízo". Por isto, vêem-me aqui, pronto para cumprir a designação de nosso Presidente, e falar, modestamente, sobre a grandeza de um soldado cuja vida foi inteiramente dedicada ao seu, ao nosso Brasil.

CAXIAS

É por demais honroso para quem, há anos, trocou o uniforme militar por trajes civis, voltar à tribuna do venerável "Instituto do Ceará" para falar de um soldado que tanto serviu ao Brasil, na paz e na guerra. Refiro-me a LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, Marechal e Patrono do Exército Brasileiro, o "Duque de Caxias", figura das mais brilhantes de nossa Pátria.

Chegando ao Brasil a Família Imperial, cujo embarque fora tão atabalhoado, com os ruídos dos cascos dos cavalos de Junot avançando sobre Portugal, nasce o Brasil Império. O povo sabia que assim seria e, diante da realidade dos fatos, recebe festivamente a Rainha (alienada mental), o Príncipe Regente, sua esposa e filhos, fidalgos e religiosos.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Aos poucos as coisas, os fatos e os homens se acomodam e se consolida o Império.

Entra para a História aquele 8 de março de 1808 que assinala a chegada da Corte ao Rio de Janeiro. Os benefícios não demorariam a aparecer com a Abertura dos Portos, a criação do Banco do Brasil, a Imprensa Régia e o gradativo fortalecimento do Império.

Mas um acontecimento, naquele ano de 1808, interessa-nos assinalar. Luís Alves de Lima e Silva, nascido a 25 de agosto de 1803, na Vila de Estrela, no Rio de Janeiro, completa 5 anos e assenta praça no 1º Regimento de Infantaria de Linha.

Aos 15 anos, matricula-se na Academia Militar e é promovido a Alferes. Findo o curso, como Tenente, assume a Ajudância do 1º Batalhão de Fuzileiros.

Quando D. Pedro I cria o Batalhão do Imperador nomeia-o Ajudante de Unidade. Assim, na cerimônia solene de entrega das primeiras Bandeiras Nacionais, realizada na Capela Imperial, coube-lhe receber das mãos do Ministro da Guerra, a Bandeira que lhe fora destinada pelo Imperador.

Mas, nem tudo era festa. Na Bahia, o General Madeira de Melo não aceita a Independência. Rebela-se. Para lá segue o Batalhão do Imperador e, com ele, seu Ajudante, que ali recebe seu "batismo de fogo"; porta-se com bravura e, ao final, desfila com a Bandeira Imperial desfraldada.

Regressando ao Rio de Janeiro logo é promovido a Capitão. Tem apenas 20 anos.

Nesse mesmo ano de 1824 volta a reinar a paz no Nordeste com a derrota dos revolucionários que intentavam a Confederação do Equador. Mas, no Sul, a Independência dividira os brasileiros e portugueses residentes em Montevidéu. Enquanto o General Lecór mantém-se fiel a D. Pedro I, o General D. Álvaro da Costa assume o Comando das tropas portuguesas. Vence Lecór, mas a luta não terminara.

Aparecem Lavalleja e o Exército Argentino de Observação, que se mantivera na margem direita do Uruguai. Arrasta-se a campanha pelos campos e pelas coxilhas até que no Passo do Rosário chocam-se os dois Exércitos. Termina aí a Guerra da Cisplatina. Custara-nos a separação do Uruguai.

O nosso Luís Alves de Lima e Silva é promovido a Major aos 25 anos e vai servir no 1º Regimento de Infantaria de Linha. Em 1829 recebe a Ordem da Rosa.

Chegando ao Rio de Janeiro, Caxias apercebe-se da difícil situação política que se criara desde o fim da Guerra, com a perda do Uruguai, e a crescente rivalidade entre portugueses e brasileiros.

O Imperador não toma partido. Prestigia os brasileiros nomeando Barbacena; mas, curta é sua permanência, pois, logo o Imperador o demite. Acirram-se os ânimos e as paixões. O Imperador viaja para Minas e por onde passa os sinos dobram, o que o deixa humilhado e irritado. Regressa ao Rio.

A situação é grave. Os portugueses valem-se da violência. Apedrejam jornais e agridem os brasileiros. Reúnem-se 23 deputados e o Senador Vergueiro. Recebe-os o Imperador. A situação melhora. Modifica-se o Gabinete, punem-se os portugueses, soltam-se os brasileiros.

Passam-se alguns dias. A 5 de abril, D. Pedro demite o Ministério e nomeia outro. É o estopim para a reação popular.

Reúne-se o povo no que viria a ser chamado Campo da Aclamação. Seus líderes populares chegam rapidamente. Os militares são procurados. O Major Miguel de Farias, enviado ao Paço, regressa com uma Proclamação que o povo não quis ouvir e rasgou.

São 9 horas da noite quando o Brigadeiro Lima e Silva, Comandante das Armas, chega ao Paço, em São Cristóvão, e logo expõe ao Imperador a gravidade da situação. Ouve-o D. Pedro, mas julga que ainda poderá resistir, mesmo quando entra um Oficial e diz que até os Corpos de Artilharia de Posição haviam aderido ao movimento. "Ainda tenho o Batalhão do Imperador", diz D. Pedro.

Assim falara o Imperador, possivelmente pela confiança que depositava no Major Luís Alves de Lima e Silva, tanto que manda o Marquês de Cantagalo ouvir sua opinião. Caxias faz um exame da situação e expõe claramente a dificuldade maior: a Oficialidade mantém-se fiel, mas está de acordo com os colegas revoltados.

No Campo de Santana, reúne-se a tropa e para lá segue, também, o Batalhão do Imperador, cumprindo ordem do General Francisco de Lima e Silva. Retira-se a Guarda do Palácio... é madrugada.

Nada resta a D. Pedro. Assina o Ato de sua abdicação e embarca no "Warspite".

Na manhã seguinte, parte o navio e o Rio de Janeiro se engalana e festeja o acontecido.

O novo Imperador, o pequeno D. Pedro II, vem à cidade mostrar-se ao seu povo. É vivamente aclamado; acena para a multidão; seu coche é desatrelado e empurrado. Soam clarins, os sinos repicam, espocam foguetes e salvam os canhões das fortalezas.

Reúnem-se Deputados e Senadores para a escolha dos Regentes.

Passam-se os anos e Caxias, já Senador do Império, ouve uma crítica à sua atuação no episódio da Abdicação e assim se manifesta: "O Batalhão do Imperador foi um dos últimos Corpos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para ali marchado em ordem, conduzido pelo seu próprio Comandante, ocupando eu o meu lugar de major. Marchei, portanto, em virtude de ordem competente; não fui revolucionário. Estimei a Abdicação; julguei que era de vantagem para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela".

No período da Regência (abril de 1831 a julho de 1840) não foi fácil assegurar a unidade da Pátria. Com a abdicação de Pedro I, a Coroa passara à cabeça de uma criança de cinco anos. A Regência lutava com as naturais dificuldades de um Governo provisório, numa época de transformações e agitações. Multiplicavam-se as reivindicações e os descontentamentos, gerando crises e conflitos, no Nordeste e no Pará. No Sul, Bento Gonçalves, empunhando a Bandeira Farroupilha, levantou o Rio Grande (1835). No Maranhão (1839), bandos armados assaltavam fazendas e povoações, implantando a desordem e o terror.

Luís Alves de Lima e Silva, promovido a Coronel, em dezembro de 1839, aos trinta e seis anos de idade, foi nomeado Comandante das Armas e Presidente da Província do Maranhão. Ao assumir o Governo, dirigiu-se aos maranhenses dizendo: "Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que entre vós existem". E, organizando a "Divisão Pacificadora do Norte", não deu trégua aos rebeldes até sua total rendição. Pacificada a Província, pede demissão de suas funções e regressa à Corte, sendo promovido a Brigadeiro e agraciado com o título de "Barão de Caxias".

No ano seguinte, foi mandado às pressas para São Paulo. É que, de Sorocaba, avançavam forças rebeldes sobre a Capital e a Caxias fora confiada a missão de debelar o movimento. Desembarca em Santos, transpõe a serra, chega à Capital antes dos insurretos, ataca-os, avança sobre Sorocaba e esmaga o foco principal da rebelião. Não pôde terminar seu trabalho, pois foi chamado à Corte. Nomeado Ajudante de Campo de Sua Majestade, partiu para Ouro Preto, a fim de dar combate aos revoltosos mineiros. Em dois meses conseguiu pacificar a Província. Cercado do carinho do povo e da Nação, regressou à Corte onde foi promovido a Marechal de Campo Graduado "pelos relevantes serviços prestados nas províncias de São Paulo e Minas". Ainda não havia completado 39 anos.

No Rio Grande do Sul, a Revolução que se propusera a restabelecer a Lei, "sustentando o Trono do nosso jovem Monarca e a integridade do Império", evoluíra para a República de Piratini. Bento Gonçalves, estimulado pelos movimentos de São Paulo (17 de maio de 1842) e Minas Gerais (10 de junho de 1842), convocara a Assembléia Legislativa Republicana.

Esses acontecimentos levaram o Governo Imperial à convicção de que só enfeixando nas mãos de um homem forte e sereno, o Governo e o Comando das Armas, seria possível pôr termo à luta fratricida, que já se arrastava por sete anos. E, assim, Caxias, em novembro de 1842, assume em Porto Alegre, a Presidência da Província e o Comando Militar. E foi graças à sua firmeza e habilidade que viu coroados de sucesso seus esforços, para trazer de volta à Coroa uma de suas mais valiosas Províncias. Caxias mostrava o perigo que rondava nossas fronteiras e dizia: ... "Guardemos para então nossas espadas e nosso sangue... ... Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa mãe comum". E os gaúchos respondiam, pela voz de Canabarro: "Um poder estranho ameaça a integridade do Império e o Rio Grande não será o teatro de suas iniqüidades".

Estes feitos seriam bastante para consagrar a vida de qualquer soldado que fosse obrigado a desembainhar sua espada para manter a ordem e pacificar sua Pátria, num momento crucial da nacionalidade.

Mas, não pára aí a ação do grande Caxias. Quando, no Prata, se ergue a tirania de Rosas e Oribe, o Brasil apela novamente para seus serviços. O velho soldado desloca-se para o campo de luta e de lá volta vitorioso e ostentando o título de Marquês.

Após alguns anos de paz, eis que o Paraguai, liderado por Lopez, lança-se contra o Império, invadindo o Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Dois anos foram necessários para repelir o invasor e fazê-lo recuar. E a luta não parecia próxima do fim.

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em Buenos Aires, fazia recair sobre o Império todo o peso da guerra. A contribuição dos nossos Aliados, em terra, era cerca de seis vezes menor que a do Brasil; enquanto, no mar, apenas a Argentina dispunha de um navio. Não obstante, não cabia ao Brasil o Comando em Chefe.

A ofensiva paraguaia, lançada ao mesmo tempo em três direções divergentes, estava destinada ao fracasso; e, desde que isto sucedeu, a Lopez só restava fechar-se em seu território, tendo como aliada a natureza pujante de sua terra, e esperar os Exércitos invasores.

Depois do desembarque em solo paraguaio, e das páginas heróicas e imorredouras escritas em Itapiru, Tuiuti e Curuzu, o desastre de Curupaiti leva-nos novamente à planície já tão encharcada de sangue brasileiro – TUIUTI.

Após quase dois anos de lutas, os Exércitos Aliados haviam progredido apenas 12 km e estavam detidos, extenuados pela cólera e a indisciplina.

Está a terminar o ano de 1866 e, só então, os políticos se apercebem que estão em jogo a honra e o futuro da Nação; que é preciso deixar de lado os Partidos e apelar para um General capaz de levar nossas Armas à vitória.

Caxias, que até então fora mantido afastado da Guerra, é finalmente convidado a assumir o Comando Supremo de nossas Forças, o qual exerce por dois anos e dois meses. Encontra o Exército atolado na lama de Tuiuti. Não há cavalos, nem armas, nem munições e o abastecimento é escasso. Será preciso um esforço sobrehumano para reorganizá-lo, instruí-lo e incutir-lhe confiança. É a esta tarefa que se dedica Caxias, com ardor e energia, nos primeiros oito meses de seu comando. Até que um dia, com

sua magistral "Marcha de flanco", leva nossas tropas a Humaitá. Com a genial manobra de Pikisiri, através da Estrada do Chaco, usada como trampolim, salta na margem esquerda com seus 18.000 homens.

Era tempo; três dias depois a cheia submerge a "via sacra".

Na travessia do Itororó, onde, por três vezes, ocupamos a ponte e dela fomos rechaçados, Caxias, bradando "Sigam-me os que forem brasileiros", lança-se a galope, arrasta consigo o Exército, transpõe a ponte e derrota o inimigo!

Seguem-se Avaí e Lomas Valentinas, que duram seis dias, e são tidas como o túmulo do Exército de Lopez.

Assunção - é o último elo daquela cadeia de vitórias.

Doente, Caxias regressa ao Brasil para, anos depois, pacificá-lo ainda uma vez mais; desta feita espiritualmente, concedendo anistia aos Bispos do Pará e de Pernambuco, na chamada Questão Religiosa.

Senhoras e Senhores,

Quando juntos, sem diferença de cor, raça ou religião, reunimo-nos no Brasil inteiro para celebrar a passagem dos 200 anos do nascimento do Duque de Caxias – Luís Alves de Lima e Silva, nós o fazemos para agradecer seus valiosos serviços prestados à Pátria. Peço que me permitam repetir suas palavras, proferidas ao sentir o perigo que rondava nossa fronteira:

"Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos nós, o inimigo de raça e de tradição.

... Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa mãe comum".

Não esqueçamos as palavras de Caxias. Ontem foi o extremo Sul; hoje é o extremo Norte, a Amazônia, que desperta a cobiça internacional. Temos "amigos" e vizinhos com ambições ilimitadas. Para eles e outros, o Petróleo e a Água são bens da humanidade; não podem pertencer a uma só Nação. Pretendem criar órgãos de segurança, cuja ação se estenderá à América Central e ao Caribe. O Canadá já permite a ação de tropa em seu território, na caça aos terroristas.

No Brasil, diante de forte pressão, já deixamos criar e prosperar a "nação" Ianomani. Extinguimos nosso inofensivo Campo de

Provas do Cachimbo. Concedemos permissão para a instalação do Campo de Lançamento de Alcântara, que não mais podemos utilizar. Criamos o Ministério da Defesa, sem nenhum benefício para qualquer das três Forças, e ouvimos o Presidente da República dizer aos seus Chefes: "Sejam efetivamente Almirantes, Generais e Brigadeiros de um novo tempo", esquecido de que os militares brasileiros não servem a homens e, sim, ao Brasil. E para completar, diz o Ministro da Defesa, na Escola Superior de Guerra, que as Forças Armadas brasileiras "são hoje uma instituição profundamente imbuída do respeito aos valores da Democracia, inteiramente integradas ao dia-a-dia do Estado de Direito que caracteriza nosso País".

Nós aprendemos e ensinamos tudo isto nas nossas Escolas Militares e Navais. Respeitamos e defendemos os valores da Democracia. O que nos preocupa é a Ordem Interna, o Direito à propriedade privada, a afronta de uma autoridade municipal, eleita pelo povo, que, mesmo sem ouvi-lo, pretende batizar de "Cuba" uma praça que traz o nome de um dos mais valorosos e respeitados soldados cearenses: Antônio Tibúrcio.

O Brasil confia em suas Forças Armadas, guardiãs de nosso território, de nossas praias e de nossos rios, dos nossos céus e de seu povo, ordeiro e trabalhador.

Senhoras e Senhores,

Desculpem a pobreza de minha oração, destinada a homenagear o Duque de Caxias. Faltou-me engenho e arte. Consola-me o que disse o grande Alfredo de Taunay, à beira de seu túmulo: "Não há pompas de linguagem! Não há arroubos de eloqüência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza".

E o nosso Capistrano de Abreu, ao saber que Caxias havia dispensado as Honras Militares no seu enterro, assim falou: "Acho que ele fez muito bem! Pois as armas que ele tantas vezes conduziu à vitória, talvez sentissem vergonha de não terem podido libertá-lo da morte".

(Palestra proferida na reunião do dia 20 de agosto de 2003)